

“As memórias não podem ser removidas”: sentidos sobre a Vila Autódromo (Rio de Janeiro) na página do Museu das Remoções¹

Igor Lacerda²

Carlos Eduardo Abbud Hanna Roque³

Resumo

Este artigo tem o objetivo de analisar o site do Museu das Remoções, produzido por pesquisadores e moradores da Vila Autódromo, para identificar as memórias da comunidade e das lutas pelo direito à terra e à história. Para atingir essa finalidade, seguindo as diretrizes de Certeau (2014), identificamos na página da web as seguintes táticas de resistência: Plano Popular da Vila Autódromo, Ocupações Culturais e registros de memórias coletivas. E assim, narradas no site, essas diferentes táticas expuseram a importância dos territórios e das relações que eles proporcionam. Concluindo, as memórias dos moradores não podem ser apagadas pela gentrificação, permitindo dar novos significados ao mundo.

Palavras-chave: Memórias Coletivas; Táticas de Resistência; Direito à Cidade; Rio de Janeiro; Vila Autódromo.

Introdução

Fundada em 1960, a Vila Autódromo foi uma colônia de pescadores que se formou às margens da Lagoa de Jacarepaguá, na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Sua população era formada por pescadores, por trabalhadores de grandes construções próximas como o Riocentro e o Autódromo de Jacarepaguá, além de famílias removidas das favelas Cardoso Fontes e Cidade de Deus por um plano de reurbanização planejado pela Secretaria de Habitação do Rio de Janeiro.

No decorrer da década de 1980, buscando consolidar esse território, seus habitantes constituíram a Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo (AMPVA) – uma importante decisão para institucionalizar a regularização de serviços como água, luz, coleta de lixo, telefone e direito à terra. Já na década de 1990, quando a região da Barra da Tijuca começou a se desenvolver, aumentaram as tentativas de remoção da Vila Autódromo, pois ela

1 Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho (GT-2) Consumo, Comunicação e Organizações, atividade integrante do XV Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas.

2 Doutorando em Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGCom UERJ - Bolsista CAPES). Mestre em Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Graduado em Comunicação pela Universidade Veiga de Almeida. Pesquisador no Laboratório de Comunicação, Cidade e Consumo (LACON-UERJ). E-mail: igorlacerdasa@gmail.com.

3 Médico pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio). Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade pela Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (SMS-RJ). Pós-graduação em Saúde Pública com ênfase em Saúde da Família pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). Mestrando em Saúde Coletiva na área de Ciências Humanas e Saúde no Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/UERJ). E-mail: caduahroque@gmail.com.

estava muito próxima desse bairro em ascensão. Mesmo com as tentativas de desocupação, a comunidade teve conquistas importantes: o cadastramento socioeconômico, por meio da Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos (SEAF), que iniciou o processo de regularização fundiária – uma iniciativa do Governo Estadual do Rio de Janeiro, durante o mandato de Leonel Brizola (Partido Democrático Trabalhista – PDT).

Em 1993, o município do Rio de Janeiro, administrado por Cesar Maia (Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB), moveu uma Ação Civil Pública (ACP) para despejar a Vila Autódromo sob a alegação de dano urbano, estético e ambiental. A comunidade continuou resistindo e, em 1994, obteve outra vitória: o “Meu pé de chão”, programa de Leonel Brizola que cedeu a concessão do uso da terra para famílias com casas em áreas pobres, outorgou 85 títulos do uso da terra para a Vila Autódromo pelo prazo de 30 anos – após isso, o prazo foi estendido para 99 anos, podendo ser renovado pelo mesmo tempo. Posteriormente, o estado do Rio, governado por Marcello Alencar (Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB), outorgou mais 162 termos que asseguraram a permanência da Vila.

A partir de 2000, visando megaeventos como o Pan-Americano (2007), a Copa do Mundo (2014) e a Olimpíada (2016), o Rio de Janeiro passou por intensas transformações urbanas. Os altos investimentos, tanto públicos quanto privados, estabeleceram na cidade a produção de novos espaços e a repaginação de antigos. A Barra da Tijuca, bairro localizado próximo à Vila, recebeu grande parte desses investimentos, bem como as modalidades esportivas da Olimpíada e a Vila dos Atletas, conjunto de prédios que serviria para hospedar as delegações participantes. Por ter sido entendida por empresários e governos como o “coração dos Jogos Olímpicos”, a Barra passou por um processo de gentrificação⁴, recebendo infraestruturas como meios de transportes, prédios residenciais e comerciais, espaços para grandes eventos, aumentando ainda mais o valor da terra e atraindo mais empresários que viam nas favelas um empecilho para os seus negócios.

Sendo assim, considerando o contexto histórico da Vila Autódromo, o propósito deste artigo é analisar a página do Museu das Remoções (<https://museudasremocoes.com/>) com o intuito de identificar as memórias que moradores, ativistas e pesquisadores registraram sobre o local em ruínas, assim como as batalhas pelo direito à terra e à memória de um grupo. Criado em 18 de maio de 2016 e idealizado pelo museólogo Thainã de Medeiros, o Museu das Remoções nasceu para preservar a lembrança das pessoas removidas e servir como instrumento

⁴ Segundo Gotardo (2016), a gentrificação é um processo de reestruturação do espaço urbano inerente ao desenvolvimento das cidades. Por ser ligada à economia, é sempre desigual e sofre com a sobreposição de arranjos regionais e internacionais que tornam suas configurações ainda mais complexas e injustas, especialmente para a parte mais pobre da população.

de combate a então gestão urbana do Rio. Com isso, mantém-se a hipótese que as transformações do meio urbano abrem um caminho fértil para os estudos de memória coletiva, pois demarcam lembranças de lugares como mais representativos que outros e/ou se esforçam para fazer esquecer as recordações que os grupos construíram com o passar do tempo. Revelando, então, que a trajetória da cidade pode ser construída por sobreposições mnemônicas que ajudam a dar sentido às diversas disputas históricas e urbanísticas.

As táticas de resistência da Vila Autódromo

Desde seu estabelecimento, ainda em 1960, a Vila Autódromo é ameaçada de ser removida e resiste a esse processo. O ideal de embelezamento, direta ou indiretamente, sempre foi um argumento usado por políticos para expulsar os moradores. Mesmo quando eles falavam em risco urbanístico ou ambiental, a verdadeira intenção era tornar o espaço mais belo a fim de atender a empresários e a classe média local. Jacobs (2011) esclarece que esses planejamentos urbanos são rígidos e, por isso, tornam os espaços monótonos. Monumentais, padronizados, sem vida e desprovidos de usuários, esses espaços são entendidos pela autora como a “anti-cidade” ou a “urbanização inurbana”, pois são frutos de uma ciência urbanística que é incapaz de analisar e pensar a cidade real, aquela com suas belezas e conflitos. Nessa forma de gerir a cidade, a vitalidade urbana é ignorada, assim como as interações e os usos de seus cidadãos, fixando rígidas fronteiras que voltam os bairros para eles mesmos, excluindo toda a diversidade e a potencialidade de uma grande cidade.

De fato, Freitas (2010) explica que a Barra da Tijuca, com sua arquitetura estrangeira inspirada em Miami, nega o aspecto plural da cidade na medida em que alguns de seus moradores e frequentadores estão inseridos em um imenso arquipélago, onde suas ilhas (condomínios fechados, shopping centers e centros empresariais) são conectadas entre si e atravessadas por grandes avenidas projetadas para os carros que passam em alta velocidade. Dominado por automóveis e prédios monumentais, esse bairro impossibilita a experiência do caminhar e, conseqüentemente, do estabelecimento de relações plurais. De acordo com Gehl (2010), embora andar seja basicamente um movimento linear que leva o caminhante de um lugar para o outro, também convida a aproveitar a vida na cidade; leva a apreciar o pôr do sol ou a correria das crianças; é graças à caminhada que os idosos tomam ar fresco, se exercitam ou realizam seus afazeres. Independente da finalidade, um passeio na cidade é um convite a estabelecer relações sociais com o outro. Se é um bairro que não possibilita o caminhar, imagina o sentar e apreciar o mundo a volta. Gehl (2010) clarifica que uma cidade com muitos pedestres

não quer dizer necessariamente que ela seja “boa”, podendo ser um sinal de opções de transportes insuficientes ou longas distâncias para várias funções. Por outro lado, uma cidade com “boa qualidade” convida o pedestre a parar para olhar o que está acontecendo. Em Roma, por exemplo, muitas pessoas se sentam em praças. Não por necessidade, mas porque a cidade as convida. É difícil continuar se movendo com tantas tentações para ficar.

Conforme Harvey (2012) e Lefebvre (2001), por mais que as cidades em um sistema capitalista sejam geridas e arquitetadas para viabilizar o consumo, perdendo a sua característica de local para habitar, existem grupos que exigem seu direito à cidade. Para os autores, o direito à cidade remete à liberdade; à participação nas decisões que afetam diretamente os espaços urbanos; assim como o direito aos produtos adquiridos por essa cidade, o que é bem diferente do direito a propriedade. O direito à propriedade pressupõe que os proprietários têm de controlar os acessos e os recursos aos ativos que são de suas titularidades, tendo vantagens de uso, gozo e disposição. Por outro lado, o direito à cidade pressupõe a garantia da vida urbana e tudo que ela pode oferecer em relação a encontros e a trocas, assegurando o uso pleno e completo de momentos e locais para o lazer e para o trabalho. Os autores, portanto, convidam a proclamação e a realização da vida urbana pelo reino do uso, possibilitando encontros, e não pelo reino da troca, que exige a concretização do domínio econômico, do mercado e da mercadoria.

A opressão de alguns grupos dentro da cidade se manifesta por meio de hábitos, normas ou instituições, podendo agir de forma velada ou explícita, como é o caso da relação entre os moradores da Vila Autódromo e da Prefeitura do Rio de Janeiro. Por isso, Certeau (2014) indica que o enfrentamento dessa opressão seja feito nas práticas cotidianas. Pela análise de atividades corriqueiras como cozinhar, caminhar e consumir, o autor esclarece que os atores sociais encontram maneiras de subverter as normas impostas e recriar as obstruções que impedem suas atividades ou maneiras de viver o urbano. De forma criativa, eles se apropriam dessas barreiras, deslocando-as desde o seu interior para transformá-las em algo que atenda as suas demandas e vontades.

Para entender melhor as artes criativas do fazer cotidiano, Certeau (2014) faz uma distinção entre estratégia e tática. A estratégia é a zona das instituições sociais com um poder estabelecido, também pode ser compreendida como ações calculistas e manipuladoras – no geral, são os atores que têm a capacidade de determinar as regras que delineiam as interações entre os outros. Por sua parte, a tática é produzida no silêncio a fim de recriar os espaços definidos pela instituição com o poder. Pela invasão dos domínios do inimigo, a tática opera pela apropriação das brechas: “ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as ocasiões

e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade ou prever saídas” (CERTEAU, 2014, p. 94-95).

As táticas de resistência da Vila Autódromo foram realizadas de forma institucional, buscando dialogar com a Prefeitura, e de forma artística, utilizando as Ocupações Culturais para atingir a um público amplo e registrar as memórias referentes às remoções.

Para ilustrar as táticas realizadas de forma institucional, explicaremos o Plano Popular da Vila Autódromo. A Prefeitura do Rio de Janeiro criou um projeto para as margens da Lagoa de Jacarepaguá, reforçando a ideia de transformação da região para atender às frentes imobiliárias⁵. Nesse plano, estavam previstos o Parque Olímpico, o alargamento de avenidas e investimentos em saneamento básico, geração de energia e meios de transportes. Para que todos esses objetivos fossem concretizados, os moradores da Vila Autódromo teriam de ser removidos. Porém, em 2011, o então prefeito Eduardo Paes (Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB) abriu a possibilidade para a permanência da comunidade, caso os moradores apresentassem uma alternativa viável. Nesse momento, começou a nascer o Plano Popular da Vila Autódromo (PPVA).

O PPVA foi construído por um grupo multidisciplinar de arquitetos, urbanistas e cientistas sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade Federal Fluminense (UFF), além dos próprios moradores. Com um caráter participativo, o Plano contava com propostas para a recuperação ambiental da Faixa Marginal de Proteção da Lagoa de Jacarepaguá; a solução para problemas de saneamento básico; a melhoria da circulação interna e de acesso à cidade; a melhora habitacional para situações de insalubridade; assim como áreas de lazer, esporte e cultura. Também apresentou sugestões de desenvolvimento social e comunitário, como canais de comunicação, apoios a atividades culturais, melhores locais de reuniões, encontros e creche. Por mostrar ser possível melhorar a vida da população através do planejamento urbano, o Plano Popular da Vila Autódromo conquistou o primeiro lugar no *Urban Age Award* – um prêmio internacional organizado pelo *Deutsche Bank* em parceria com a *London School of Economics*. Abaixo, um trecho do site sobre o Plano Popular e outras ações.

Em sua resistência, a Vila Autódromo teve uma enorme capacidade de articulação com o meio acadêmico [criando o PPVA], a Defensoria Pública e a imprensa, especialmente a internacional e a alternativa. A comunidade também fez uso importante das mídias sociais como na campanha #UrbanizaJá, participou ativamente de protestos e realizou eventos

⁵ Reportagem “Vila Autódromo: símbolo de resistência na Cidade Olímpica”. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2014/05/15/vila-autodromo-simbolo-de-resistencia-na-cidade-olimpica>.

culturais que deram ainda mais visibilidade à causa (MUSEU DAS REMOÇÕES, A VILA AUTÓDROMO, 2016).⁶

Em 2012, o PPVA foi entregue a Eduardo Paes durante uma audiência pública. Como era ano de eleição, ele se comprometeu a avaliar e dar um retorno, o que não ocorreu. Em contrapartida, por meio de uma licitação, a obra da região passou à responsabilidade do consórcio composto pela Carvalho Hosken, Odebrecht e Andrade Gutierrez. Esse consórcio também quis a remoção da Vila Autódromo, mas agora para construir um dos terminais do BRT (*Bus Rapid Transit*) – ideia que não tinha sido apresentada nos projetos da Transcarioca e Transolímpica, nem no licenciamento ambiental. Mais uma vez, as decisões foram tomadas sem nenhum debate público.

Para explicar as táticas elaboradas por intermédio da arte, falaremos sobre as Ocupações Culturais na Vila Autódromo. Esses eventos aconteciam na comunidade e tinham o objetivo de reivindicar as demandas dos seus moradores pelo direito ao espaço, à memória e à qualidade de vida. As Ocupações na Vila serviram para dar visibilidade às demandas da população, reunindo esforços e apoiadores⁷. Entre as atividades culturais, era comum a realização de uma missa na igreja da comunidade, seguida da feijoada ou do churrasco preparado pelos próprios moradores. Sempre com muita música, todos trocavam experiências, curavam seus traumas e protestavam no meio dos escombros. Durante à noite, acontecia a exibição de filmes e/ou de fotografias, a corrupção no Rio, o impacto dos megaeventos na vida dos moradores e os testemunhos dos próprios habitantes da Vila Autódromo eram os principais temas dessas obras. No final de tudo, acontecia o compartilhamento de emoções, que era acompanhado pela leitura de poemas ou pela partilha de histórias de resiliência e resistência⁸. Abaixo, uma citação do site a respeito das atividades artísticas.

O Museu também tem como objetivo promover eventos no âmbito da resistência artística, utilizando a arte para difundir, propagar e levar à reflexão situações reais de opressão, através de debates, oficinas, teatro, exposições, projeções, saraus, feiras literárias, e qualquer outro tipo de manifestação artística (MUSEU DAS REMOÇÕES, O MUSEU DAS REMOÇÕES, 2016).⁹

⁶ Texto “A Vila Autódromo”. Disponível em: <https://museudasremocoes.com/sobre/a-vila-autodromo/>.

⁷ Reportagem “Vila Autódromo ‘Ocupa’ o Parque Olímpico com Celebração e Protesto”. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=21817>.

⁸ Reportagem “Ocupação Cultural na Vila Autódromo Comemora Memória, Resistência e Esperança”. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=22671>.

⁹ Texto “O Museu das Remoções”. Disponível em: <https://museudasremocoes.com/sobre/o-museu-das-remocoes/>.

As memórias como táticas de resistência

Desde o seu surgimento, ainda em 1960, os moradores da Vila re-produziram memórias coletivas sobre eles mesmos e sobre o território em si, confrontando as narrativas oficiais produzidas por representantes políticos e urbanistas. Segundo Halbwachs (2003), a memória é reconhecimento é reconstrução. É reconhecimento porque porta um sentimento do já visto. É reconstrução porque não é uma simples repetição de acontecimentos e vivências do tempo que passou, mas a releitura do passado feita de acordo com os interesses do presente. De acordo com o autor, tanto o reconhecimento quanto a reconstrução necessitam de um grupo de referência, tendo em vista que as memórias nascem das relações sociais e não de pensamentos isolados e pessoais. O esquecimento, para Halbwachs (2003), seria potencializado pelo afastamento dos grupos de referência. Ainda sobre o ato de esquecer, Pollak (1993) esclarece que as narrativas oficiais estão repletas de silêncios que tentam fazer não lembrar das memórias mantidas pelos grupos sociais, mas, longe de conduzir ao oblívio, ela é a resistência necessária para a transmissão contínua de experiências dissidentes.

O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas (POLLAK, 1989, p. 03).

A figura 1 mostra que, no site Museu das Remoções, as memórias tratam da união dos moradores da comunidade. Juntos, eles decidem os rumos do território, adoram a Deus (no caso dos cristãos que frequentam a igreja da comunidade) e lutam pelo direito à cidade, seja em combates à polícia ou manifestações artísticas. Para eles, a remoção é uma grande violência, pois, longe do grupo de referência, as pessoas esqueceriam as lembranças da Vila, bem como normas e relações. Halbwachs (2003) clarifica que os grupos de referência utilizam quadros sociais que recebem as novas lembranças a fim de dialogar com as antigas já registradas. Esses quadros têm dimensões temporais e espaciais. Por isso, todas as atividades do grupo podem ser traduzidas em termos espaciais uma vez que o lugar recebe as suas marcas. O lugar também é autenticado pelo tempo vivido, reunindo os elementos da vida social estabelecidos por seus habitantes. Cada detalhe do espaço, mesmo o mais simples, é inteligível ao grupo. Essa inteligibilidade não é inalterável, pelo contrário, ela muda por influência da temporalidade. Para o autor, o confronto de memórias ocorre quando os diferentes grupos de referência não estão incluídos no mesmo tempo e espaço.

Figura 1 – A construção das memórias pelos grupos sociais



Fonte: imagens retiradas do site Museu das Remoções
(www.museudasremocoes.com).

Durán (2008) explica que junto à capacidade imaterial da memória, existem objetos materiais que auxiliam e reforçam as lembranças. Para a autora, as cidades, os prédios e as casas podem conter inúmeras memórias. Na figura 2, é possível ver a imagem da comunidade antes das remoções, um espaço que foi construído em mutirões, pelas mãos de seus próprios moradores. Por mais que os governos tenham tentado apagar a Vila da cidade, como aponta simbolicamente a placa de trânsito, seus moradores exigiam o direito a essa terra. Inclusive, de forma simbólica, a moradora sentada nos escombros marca que aquele espaço pertence à população, estando ou não em ruínas. Como Hillman (1993), notamos que a cidade é uma história que se conta à medida que a vivenciamos. Significante por excelência, ela ecoa com a profundidade do passado, exibindo a todo momento sua consciência histórica que influencia o as lutas do presente.

Para Hillman (1993), a memória é a alma da cidade, aquilo que importa para os grupos sociais, todos os planos que impactaram uma determinada sociedade, sua visão particular sobre a história urbana. Cada pedacinho da cidade faz nascer diferentes lembranças no coração e na mente daqueles que vivem intensamente o contexto urbano (HILLMAN, 1993).

Figura 2 – A memória do espaço



Fonte: imagens retiradas do site Museu das Remoções
(www.museudasremocoes.com).

O acervo do Museu das Remoções também é composto pelas ruínas deixada pelo processo de gentrificação. No site, os escombros das antigas residências, os móveis abandonados, os pisos antigos deixados no chão e as casas reconstruídas simbolizam a vontade de não esquecer e a luta de moradores pelo direito à terra. Abreu (2016) esclarece que as ruínas são marcas emblemáticas do que restou do passado, daquilo que é destruído pelo tempo ou pela ganância dos homens. Ressignificadas, as ruínas podem produzir novos sentidos, experiências e libertar os sujeitos da monotonia do mundo, auxiliando no vislumbre de novas formas de existir e recordar do tempo que passou.

Considerações finais

Há uma associação evidente entre a experiência e a narração, esclarece Benjamin (1985). A narração tem a função de transmitir as experiências do narrador, sua relação com o mundo que o cerca. Sendo assim, as narrações contidas no Museu das Remoções possibilitam a circulação das experiências dos moradores da Vila Autódromo a respeito da constituição do bairro e do processo de desmonte para atender a interesses mercadológicos. Como explica Benjamin (1985), as narrativas auxiliam na circulação e na sobrevivência das memórias. Apesar

de se transformarem na medida em que são narradas, o contar a história é importante para preservar a lembrança de alguma forma.

Procurando repensar a cidade e dialogar com os governos e a população no geral, os moradores da Vila se uniram para planejar as táticas de resistência (Plano Popular da Vila Autódromo e Ocupações Culturais) que, inevitavelmente, re-elaboraram suas memórias coletivas. Paiva e Curi (2016) clarificam que múltiplos grupos unidos pelo sentimento em comum são capazes de estruturar memórias coletivas plurais que os conectam com o tempo e o espaço. No caso da Vila, grupos de diversas ordens, como pessoas removidas, pesquisadores e ativistas, unidos pelo desejo de pensar e evidenciar suas próprias demandas, foram cada vez mais integrados ao espaço e ao tempo em que estavam vivendo.

No site do Museu das Remoções, o deslocamento forçado das pessoas é um grande ataque à memória, pois, afastadas, elas perderiam parte de suas lembranças sobre a Vila. Sendo assim, compreendemos que, além do direito à terra, os moradores lutavam pelo direito à memória e à manutenção das redes de sociabilidades construídas durante o tempo. Produtor de sentidos por excelência, o espaço também gerava suas memórias, mesmo estando em ruínas. As casas demolidas registravam um tempo em que a cidade era pensada para atender às ambições de empresários, não respeitando as necessidades e as relações afetuosas de parte da população. Enfim, assim como na citação de Benjamin, vamos percebendo que as narrativas daqueles que habitam e dão sentido à Vila Autódromo não se entregam a esse processo de mercantilização da cidade, pelo contrário: elas conservam as suas forças e se desenvolvem por meio de táticas de resistência para a preservação do espaço e da memória

Referências

ABREU, Regina. Memória social: itinerários poéticos-conceituais. **Revista de estudos interdisciplinares em memória social**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, p. 41-66, 2016.

BENJAMIN, Walter. **O narrador**. São Paulo: Ática, 1985.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2014.

DURÁN, María. **La ciudad compartida: conocimiento, afecto y uso**. Santiago de Chile: Ediciones SUR, 2008.

FREITAS, Ricardo. Para além do Rio de Janeiro: a comunicação da arquitetura estrangeira da Barra da Tijuca. **Revista Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 132-140, 2010.

GHEL, Jan. **Cities for people**. Woshington: Islandpress, 2010.

GOTARDO, Ana Teresa. **Rio para gringo: A construção de sentidos sobre o carioca para consumo turístico**. 2016. 164 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

HARVEY, David. **Ciudades rebeldes: del derecho de la ciudad a la revolución urbana**. Espanha: Akal, 2012.

HILLMAN, James. **Cidade e Alma**. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

PAIVA, Raquel; CURI, Guilherme. A cidade que não cala: o samba da Pedra do Sal e as formas de comunicação contemporâneas na região portuária do Rio Janeiro. **Revista Comunicação e Inovação**. São Caetano do Sul, v. 17, n. 34, maio-agosto, p. 59-72, 2016.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, pp. 03-15, jan-jun, 1989.